

### Resumo

Parecemos viver em tempos de um “esquecimento da política”, uma impressão compartilhada por muitos a respeito de uma diluição da esfera pública. Ao mesmo tempo, temos visto mundo afora movimentos de reapropriação do espaço urbano para a expressão política, como os *Indignados* da Plaza del Sol em Madrid e o *Occupy Wall Street*. Mas como seguir o exercício político para além da manifestação eventual? Podemos reconhecer nas nossas cidades o sentido da *polis*, o lugar da política do cotidiano? O presente trabalho examina as condições da projeção da esfera pública no espaço urbano. A partir de uma incursão em teorias da racionalização, apresenta uma série de hipóteses sobre a penetração de novas formas de racionalização na produção e apropriação da cidade, (i) do espaço como manifestação da esfera pública (ii) à diluição dessa esfera na racionalização do próprio espaço, bem como (iii) o aprofundamento das dicotomias entre “público” e “espaço público”, esfera técnica e poder político, produção privada e apropriação pública. Utilizando casos emblemáticos dessas tendências na cidade do Rio de Janeiro, reconhece nas novas configurações espaciais hoje predominantes a expressão das consequências negativas da racionalização operando agora na microestrutura urbana. Essas observações nos levarão à conclusão da necessidade da reversão dessas tendências – uma reconquista da cidade e de um espírito público urbano.

**Palavras-chave:** polis, esfera pública, política do cotidiano, comunicação, racionalização.

### A (re)conquista da cidade: *polis* e esfera pública

Parecemos viver em tempos de um “esquecimento da política”, uma impressão compartilhada por muitos a respeito de uma diluição da esfera pública, o campo onde se exprimem opiniões divergentes sobre a vida econômica, social, cultural e política (Chauí): um esvaziamento do convívio social, dificultando a ação política (Augusto Novaes), que culminaria em uma banalização da ética (Leopoldo e Silva) e um enfraquecimento do próprio senso de público, manifestos, de algum modo, na forma de uma ausência – a ausência da política na experiência do cotidiano e em sua instância por excelência: o urbano.

Por outro lado, temos visto mundo afora movimentos de reapropriação do espaço urbano como locais para a expressão política e pressão sobre estruturas institucionais – notavelmente, dos *Indignados* da Plaza del Sol em Madrid e o *Occupy Wall Street*, que se alastrou em várias capitais, a emocionante ocupação da Praça Tahrir em Cairo e a dramática revolução egípcia – manifestações que expressam o potencial do espaço público. Harvey nos fala oportunamente do “poder coletivo de corpos no espaço público” convertendo-o “em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate” (Harvey, 2012b:60), uma

retomada do espaço público como espaço político, enquanto Mike Davis pede aos participantes do *Occupy* que “continuem a democratizar e ocupar produtivamente o espaço público” (Davis, 2012:42).

Mas como seguir esse exercício para além da manifestação eventual? O que dizer de uma “política do cotidiano” no sentido da *polis* – a dimensão política do espaço como lugar de comunicação constante? Nossos espaços urbanos garantem a possibilidade da expressão diária da pluralidade do mundo social? Podemos reconhecer nossas cidades como *locus* da política do cotidiano – a *cidade política*?

O presente texto pretende examinar a condição urbana da vida pública – ou mais especificamente, as condições da *projeção da chamada “esfera pública” no espaço urbano*. O objetivo é entender como a cidade política pode emergir e ser exercida: a experiência urbana enquanto experiência política. Sabemos que a manifestação da esfera pública no cotidiano ocorre historicamente por meio do espaço urbano. Entretanto, uma expressão *constante* precisa de espaços que sustentem constantemente essa expressão. Minha análise inicia com uma impressão de que nossas cidades estão mais e mais longe desse status de efervescência da vida pública, entre outras razões porque os espaços hoje sendo construídos tem impactado negativamente a vida pública urbana, induzindo a diluição de sua expressão no próprio espaço.

Buscarei em seguida as causas dessa diluição em uma incursão em *teorias da racionalização da sociedade e do espaço*. Apresentarei uma série de hipóteses sobre a *penetração de formas mais sutis de racionalização na produção e apropriação da cidade* – que expressam e avançam as tendências já reconhecidas no século XIX por teóricos como Max Weber. Trarei a ideia da “política do cotidiano” em conexão ao que o Durkheim chamava *anomia*, a perda de valores éticos que veremos associada ao esquecimento da política no sentido original da *polis*. Baseado finalmente em Lefebvre, discutirei como a racionalização do espaço urbano, das práticas de planejamento e da produção do espaço em si têm tomado parte na diluição da esfera pública vista por muito – não mais na forma do ordenamento cartesiano dos zoneamentos vistos por Lefebvre, mas de um espaço mais e mais racionalizado, agora em sua *microestrutura*. Essa análise nos levará ao questionamento sobre a capacidade de nossas cidades em oferecer as condições materiais da ação política, notavelmente a partir do sem papel em gerar encontro e densidade de comunicações no cotidiano.

Essas hipóteses nos levarão finalmente à conclusão da necessidade de reversão desse processo – uma *reconquista da cidade* e de um espírito urbano. Contudo, veremos que tal reconquista não depende apenas de manifestações de “retorno ao espaço público” como

aponta Harvey, mas também de *condições espaciais* para um retorno e presença constantes do público no espaço público. Em outras palavras, o problema é mais profundo que o esvaziamento do espaço público: tanto seu esvaziamento quanto sua retomada não ocorrem em um vácuo. Elas dependem de condições materiais – urbanas e arquitetônicas – e assim argumentarei, da relação entre espaços abertos e construídos, públicos e privados. O horizonte é reverter os danos trazidos por processos de racionalização do espaço urbano como expressão e meio do que Habermas se refere como “modernidade dilacerada”. Analisaremos este aparente paradoxo: por um lado a impressão atual de esquecimento da política, a diluição da dimensão comunicativa de sociedades e grupos capazes de tematizar sua própria condição, presente ao menos idealmente no sentido original da polis; por outro, os sinais atuais do reflorescimento do espaço público das manifestações políticas.

Meu argumento explorará portanto (i) o espaço como manifestação da esfera pública, (ii) a diluição dessa esfera na racionalização do espaço, (iii) e suas novas formas, no aprofundamento das dicotomias entre público e espaço público, esfera técnica e poder político, técnica e teoria, produção privada e apropriação pública e novas configurações arquitetônicas e urbanas que se fixam hoje como predominantes e expressam, agora na microestrutura urbana, o lado negativo da racionalização social e material. Para tanto, (iv) discute um caso emblemático dessa tendência, a nova fronteira urbana à Oeste na cidade do Rio de Janeiro, e sua legislação.

### **A política do cotidiano e a diluição da esfera pública**

A política é algo que ocorre entre os indivíduos, no espaço comum da vida pública.  
(Arendt in Novaes, 2007:17).

Certamente temos diferentes definições de “política” como construção de consensos momentâneos, como conflitos e expressões da divisão constitutiva do social e como criação permanente de direitos (Novaes, 2007:22). Nossa visão de política hoje, no entanto, segue aquela das ciências sociais: retira-se a política do cotidiano para defini-la em uma esfera institucional própria. Em contraste, Habermas (1984a) define a esfera pública como uma instância comunicativa, na qual a autoridade do estado seria monitorada publicamente: “um espaço discursivo no qual indivíduos e grupos se agregam para discutir temas de interesse mútuo” (Hauser, 1998), um campo da vida social no qual a opinião pública é formada (Asen, 1999).

Uma primeira aproximação na busca da condição urbana da esfera pública pode ser encontrada nas modalidades de esfera pública de Habermas, de acordo com “a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance” (Habermas, 1997:107) – duas delas com forte potencial de ligação ao espaço como condição material:

(a) *episódica*, constituída pelos encontros espontâneos em lugares como bares e a rua;

(b) *presença organizada* em encontros públicos em eventos planejados como festas públicas, reuniões de partidos ou congressos de igrejas, o teatro, concertos de rock, etc.

(c) *abstrata*, que rompe com a extensão do espaço material ao ser produzida por redes da mídia e em redes digitais e telemáticas.

As modalidades de esfera pública episódica e a presença organizada parecem constituir a própria razão histórica da cidade. Elas seguem presentes – ao menos potencialmente – nos espaços das cidades brasileiras. Vejamos no entanto *como* o potencial da esfera pública começa a ser fraturado por lógicas no cerne dos processos correntes de racionalização urbana.

### **A modernidade quebrada por uma lógica do próprio processo de modernização**

Observadores reconheceram já no século XIX sinais claros de um processo de transformação e modernização societal. Diferentemente de Marx, o diagnóstico de Weber (1958) é pessimista. Ele entende a emergência da modernidade como marcada pela “racionalização”, a crescente diferenciação da ação social, a oposição entre *racionalidades substantivas* tradicionais e uma nova *racionalidade formal* orientada para a organização da ação, saberes e das técnicas – e o surgimento de um tipo de ação particular, a ação estratégica, orientada de acordo com seus fins, meios e resultados (*zweckrational*). Weber descreve um processo de ganho racional refletido no próprio entendimento da realidade. Temos a progressiva diluição de uma condução da vida amparada por valores e tradições por uma racionalidade livre de amarrações com dimensões sociais e éticas. Durkheim (1999) chamou esse processo de “anomia”. Na visão de Weber, ações tornam-se progressivamente justificáveis por seus próprios critérios, livres do reconhecimento das suas implicações em outros campos da prática. Tornam-se livres de contrapontos éticos outrora endógenos ao processo de orientação da ação.

Sabemos entretanto que o que Habermas (1984b) chama “projeto da modernidade” não tinha esse objetivo: ele partia da razão em direção a sua realização plena nas ideias de igualdade, liberdade, e realização do potencial do sujeito. A quebra desse projeto em uma *modernidade dilacerada* significa o caminho da racionalização das práticas e sua quebra em

esferas autônomas, movidas por suas próprias lógicas estratégicas, impondo danos a outras esferas. Uma expressão da capacidade de atuar de modo especializado termina fraturando o mundo social e, em última análise, traíndo os princípios originais do próprio projeto da modernidade como imaginado no século XVIII por Kant e outros.

Como tal processo de racionalização da prática humana envolve o espaço? Veremos agora como o próprio espaço urbano oferece mais do que um exemplo dessa contradição profunda: como denunciou Lefebvre, o espaço foi um modo fundamental de expandi-la no mundo social.

### **Modernização e racionalização na produção do espaço urbano**

Os grandes teóricos do final do século XIX envolveram-se profundamente no diagnóstico de um mesmo processo que então emergia claramente: a modernidade. Georg Simmel (1950) não foi exceção, mas foi único em um sentido: relacionou explicitamente a modernidade com a vida da metrópole. Para Simmel, a “vida mental na metrópole” envolve o disciplinamento do nosso senso de espaço e tempo, a libertação do sujeito ao custo do tratamento mútuo em termos objetivos e instrumentais, sob a influência da racionalidade econômica, do cálculo das trocas e da coordenação na divisão do trabalho. Uma atitude intelectual e *blasé* derivaria dos complexos estímulos da vida moderna (Harvey, 1992).

Entretanto, o entendimento de Simmel ainda não é capaz de expor todo o alcance da modernização na moldagem do espaço, bem como o papel do espaço e da urbanização na construção da modernidade. Henri Lefebvre é o teórico que, meio século mais tarde, fará tal denúncia. Como Weber, Lefebvre faz uso de uma teoria da racionalização societal – mas de modo a incluir o espaço como fundamental na sua instalação na vida cotidiana – uma “tendência dominante em direção a fragmentação, separação e desintegração” (Lefebvre, 1991:9). Um espaço *abstrato* que tende à homogeneidade, à eliminação das diferenças existentes, nascido das reduções do modo de racionalização – ainda que a redução seja uma “operação legítima” (Lefebvre, 1991:106). O espaço homogeneizante e ao mesmo tempo fraturado é dividido em um modelo de setores, sob a ação de um poder político que cria fragmentação para então controlá-la.

Temos nessas afirmações uma visão da lógica de especialização de atores na produção e apropriação do espaço, e da *racionalização do próprio espaço*, acompanhada da separação progressiva da esfera do saber técnico das demais esferas, e o domínio do técnico a partir da mentalidade estratégica. Em outro aparente paradoxo em sociedades que avançam em seus modelos de democracia, assim como aumentam em escala e complexidade, a

definição de campos de decisão em esferas e instituições específicas traz a invisibilização de processos sociais e políticos, e afasta as decisões sobre a cidade da instância do cotidiano.

Exemplos desse afastamento são frequentes. Observamos em nossas cidades a sujeição das ações de decisão sobre a produção e apropriação urbana à configurações de relações entre a *esfera técnica e especializada* e a *esfera institucional política*. Interpretações da cidade e de modos de construir assim se impõe a partir do privilégio ora da legitimação legal, ora da centralidade de atores especializados na economia da produção do espaço urbano. Inevitavelmente, essas interpretações são atravessadas por conceitos sobre *formas de vida* inerentes. Temos uma ênfase em modos privados de vida, uma produção arquitetônica focada em nichos específicos de público via táticas da publicidade, a reprodução do medo como política urbana e arquitetônica, a instalação de preconceitos contra alteridades estereotipadas como fontes de risco ou violência. A construção de estilos de vida amparados por esses valores parece penetrar na esfera do sujeito, sua forma de sociabilidade e suas visões do social. Uma assimilação impressa em formas de vida urbana e no processo de produção arquitetônica e urbana.

Costumamos pensar que a tendência à racionalização por meio do espaço atingiu seu ponto alto na forma do urbanismo mecanicista moderno – como as setorizações e da ideia de ordem aparente na geometrização euclidiana – denunciado por Jacobs e Lefebvre. A forma de ordenação mais aparente foi enfraquecida parcialmente pela crítica urbana dos anos 1960, mas formas mais sutis de racionalização parece seguir se manifestando fortemente na cidade brasileira, na forma de táticas de gerência e escalas espaciais mais penetrantes e, assim argumentarei, com severas implicações políticas:

- (a) o alheamento do público em relação ao próprio público;
- (b) a autonomia do privado em relação ao público no espaço urbano;
- (c) a cisão entre teoria, técnica e prática de decisão sobre a cidade;
- (d) o alheamento das práticas de produção em relação à apropriação do espaço;
- (e) os danos às cidades provenientes da racionalização de configurações arquitetônicas que terminam por diluir o uso público do espaço.

Certamente cada um desses tópicos mereceria um trabalho específico – mas visitemos rapidamente alguns de seus aspectos e impactos sobre a esfera pública.

#### **(a) O alheamento do público em relação ao público**

Um sinal da anomia das esferas técnica, legal e econômica e da invisibilização de suas ações de produção no espaço urbano – e do afastamento entre público e decisões urbanas – é o enfraquecimento do senso de “público” do espaço urbano como cenário de apropriação. Temos a transformação de valores sobre arquitetura e cidade afetados por uma demonização de um tipo de espaço franco ao público.

### **(b) Autonomia do privado em relação ao público no espaço urbano**

Hannah Arendt define a *ausência do interesse próprio como condição para o exercício da política na polis* – “uma oposição entre a conduta governada pelo interesse e a vida pública” (Leopoldo e Silva, 2007:132). Estamos bem longe dessa condição. “A primeira forma do esquecimento [da política] é a privatização da vida – o esquecimento da coisa pública em proveito do privado”: a desilusão no coletivo e o elogio do individualismo (Novaes, 2007:15). Temos como consequência a *naturalização da dominância do privado*. Uma visão distante do público deposita o peso da intervenção no espaço urbano na esfera privada. A legitimação dos interesses autorreferentes dos atores tanto na produção quanto no consumo desse espaço afirma o “privado” como maior atributo, valor e qualidade para o espaço.

### **(c) A cisão entre teoria, técnica e prática nas decisões sobre a cidade**

A diluição da esfera pública em sua projeção urbana parece coincidente com a *invisibilização da decisão política sobre a produção e apropriação do espaço* atrás de uma esfera técnica e sua organização na forma de instituições políticas. Mas a racionalização e distinção dessas esferas também colocará riscos de choque entre as decisões de caráter técnico sobre o urbano e as práticas de produção do próprio espaço – um conflito entre a esfera técnica e a esfera de ações econômicas, como dos atores e empresas imobiliários. Um Estado fortemente atrelado à esfera pública alimentará a independência da esfera técnica que ampara em sua própria estrutura institucional, em suas decisões sobre a cidade face aos interesses autorreferentes de atores produtores de espaço. Uma esfera técnica enfraquecida politicamente ou tecnicamente enfrentará redução da sua capacidade de proposição de políticas urbanas.

Esse jogo de tensões entre as diferentes esferas parece constituir grande parte do exercício cotidiano do planejamento e dos movimentos de transformação urbana. No contexto brasileiro, parece haver dois tipos de enfraquecimento: o *técnico*, decorrente da preponderância de critérios particulares de grupos políticos, e o *teórico e acadêmico*, decorrente da desqualificação dos saberes científicos e do entendimento do planejamento

como campo prático, livre das abstrações da teoria em relação às limitações da gerência da cidade e de poder frente às agências políticas e econômicas dos produtores do espaço privado.

A desqualificação da teoria, entretanto, induz a uma desqualificação da própria técnica, que perde amparo possível na definição de agendas urbanas e na possível disputa com a agenda e interesses de grupos políticos. No afastamento mútuo entre a esfera acadêmica e a instância técnica, tem prevalecido a objetividade das decisões e lógicas dos produtores privados. A cisão entre esferas técnica e acadêmica enfraquece a ambas; retira das práticas de pesquisa um senso de utilidade e urgência e o aspecto da demanda por teorias capazes de responder a problemas empíricos urbanos.

#### **(d) O alheamento das ações de produção em relação à plena apropriação do espaço**

Um dos graves problemas decorrentes dessa cisão é a ausência de conhecimentos sistemáticos sobre os padrões de urbanização em produção e suas consequências sobre as dinâmicas cotidianas da cidade. A ausência de saberes explícitos sobre as implicações entre modo de urbanização, forma urbana e forma de vida coletiva, e o profundo desinteresse nesse conhecimento instalam uma espécie de “vale-tudo” quanto a *modelos arquitetônicos e urbanos*, avaliados no melhor dos casos em termos de requerimentos técnicos elementares (como os de habitabilidade) ou convenientes. Áreas da cidade se tornam a projeção de uma lógica autocentrada, pautada por princípios autorreferentes. A consequência é o afastamento da instância da *produção* privada da instância da plena *apropriação pública* dos espaços urbanos. Temos a conquista da cidade por uma lógica que se distancia das socialidades diversas em busca de expressão no espaço urbano. A projeção exclusiva dos códigos da esfera privada sobre o espaço urbano dilui sua urbanidade, o espírito urbano – a possibilidade de um mundo social projetado em sua riqueza na forma de cidades como expressão da esfera pública.

#### **(e) Os danos provenientes da racionalização das configurações urbanas e arquitetônicas**

Chegamos finalmente aos componentes materiais que concretizarão essas forças de racionalização. Gostaria de *denunciar*, nesse estágio do meu argumento, os meios pelos quais o espaço urbano está participando, silenciosamente mas intensamente, da diluição da esfera pública. A reprodução de certas ações de urbanização e configurações espaciais tem expressado uma forma de racionalização sutil, para além dos zoneamentos rígidos do



urbanismo modernista – um tipo de racionalização que vem moldando a cidade sobretudo desde os anos 1990, na forma de (1) *interfaces crescentemente controladas* entre espaço construído e aberto, público e privado na definição de tipos arquitetônicos e estruturas segregadas – de áreas inteiras a formas de segregação atomizadas ao nível do lote urbano; (2) atividades exclusivas para certos públicos, permitidos e mesmo fixados por regramentos urbanos e arquitetônicos.

Esses dois aspectos encontram materialização em modelos arquitetônicos com características de redução da interface franca e acesso a atividades de caráter coletivo em seus térreos. Apresentam a adição de barreiras e afastamentos com outras edificações e o espaço público como modos de controle de acesso. Há redução da continuidade de fachadas e compacidade de quarteirões. Possuem vantagens de habitabilidade fixadas em planos diretores de herança modernista, epitomizada pela Carta de Atenas e o Plano Voisin (figura 1).



FIGURA 1 - Ironia, fantasia urbana e a dura realidade da materialização de um ápice da racionalização super-simplificadora: charge de Batellier em "Sans Retour, Ni Consigne"; o "Sonho para Paris" de Le Corbusier, e o conjunto Stuyvesant, Nova York. Fonte: Harvey (1992)

O afastamento lateral adequado demandará grandes glebas que imporão distâncias maiores aos pedestres ao nível dos térreos. De fato, pesquisas empíricas recentes<sup>1</sup> mostram que tais características coincidem com queda da presença de comércios locais e pedestres. O tipo arquitetônico isolado apresenta altas correlações com muros e correlações negativas com densidade de aberturas (janelas e portas), fatores que constroem a interface com a rua. Aberturas e lotes abertos mostram altas correlações com a presença pedestre, o oposto dos afastamentos laterais e frontais. Finalmente, afastamentos correlacionam negativamente com a presença de comércios e serviços em térreos e com a diversidade funcional urbana, fatores fortemente correlacionados ao uso social da rua. Estes estudos apontam para a inadequação

<sup>1</sup><OMITIDO PARA REVISÃO CEGA>.

dos modelos fixados no mercado. Não se tratam de impressões “subjetivas”, termo com o qual frequentemente se tenta desqualificar tais observações. Conjuntamente, estes fatores parecem coincidir com a redução da apropriação do espaço público em áreas onde se instalam – espaços que podem produzir o que podemos chamar, fazendo uso do belo termo de Lefebvre, “apropriação negativa do espaço”.

### **A projeção da esfera pública no espaço urbano em uma ‘modernidade dilacerada’**

Quais as implicações funcionais que esse padrão arquitetônico gera? De fato, térreos com comércios e serviços passam a ser lamentavelmente associados à possibilidade de acesso de “qualquer indivíduo”, e os riscos que essa alteridade não-programada traz consigo – como evidência de uma diferença indesejável, como risco de violência, sinal de pobreza e dissonância com o status que a edificação e seus públicos específicos buscam afirmar. O que essas visões da arquitetura e da cidade frequentemente carecem é de um entendimento das relações que edifícios e suas atividades guardam entre si, com o espaço urbano e o funcionamento da cidade – um entendimento *sistêmico*. A eliminação das atividades públicas de térreo, uma vez generalizada, implica em um desligamento completo das atividades específicas dessas edificações em relação ao fluxo de apropriação dos públicos diversos na rua.

Uma característica dessa forma de micro-racionalização do espaço é a independência do funcionamento das edificações em relação aos seus entornos, se seus usuários não utilizarem a rua como espaço de movimentação pedestre, vindos de longas distâncias por veículo privado. Portanto, apesar de não constituírem zonas específicas, essa configuração edilícia pode produzir fluxos retirados – analiticamente, funcionalmente – dos fluxos gerais urbanos. Essa relativa independência do espaço público pode ainda levar à formas sutis de segregação, fixadas na forma de espaços atendidos sobretudo por seu público-alvo.

A produção dessas edificações em áreas em renovação ou expansão urbana vai especializando-as não como zonas demarcadas por planos mecanicistas, mas como simples acúmulo de edificações de um certo padrão. Aqui está a tremenda eficácia dessa transformação: ela não depende de prefixações normativas, mas ocorre na forma de similaridades entre decisões individuais, com efeitos sobre a apropriação social de seus espaços e a diversidade de atividades só reconhecíveis quando tais tipos se tornam dominantes em um contexto.

Temos um arquétipo desse modo de produzir o espaço urbano na área de expansão da cidade do Rio de Janeiro.

## O caso da “nova fronteira urbana” do Rio de Janeiro

A expansão da Zona Sul à oeste, na Baixada de Jacarepaguá a partir dos anos 1960, em vastas áreas de poucas propriedades, foi pré-definida em larga parte pelo Plano Piloto de Lucio Costa (1969). O Plano definia inicialmente critérios para a urbanização: ordenar o uso do solo e a forma urbana, limitando gabaritos entre 8 a 10 andares; núcleos autônomos intercalando residências multifamiliares e unifamiliares, com de afastamento entre si; desenvolver a região para todas as camadas da população; cuidados com o ecossistema da região; e a geração de um novo centro de negócios na área conhecida como Barra da Tijuca, como alternativa ao centro histórico. O Plano teria gerado conflitos entre atores de produção, decisivos para a sua realização apenas parcial, alterações realizadas para promover ajustes aos interesses imobiliários, como em gabaritos e usos previstos, e o parcelamento do solo (Rezende e Leitão, 2003).



FIGURA 2 - Imagens da Barra da Tijuca, área inicial de expansão na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Fonte: <http://k43.pbase.com/o6/79/532679/1/70750075.cvjOBvqX.BarradaTijuca.jpg>

Desvios à parte, a racionalização espacial da área segue em linhas gerais os genótipos funcionais e tipológicos modernistas – com adição de alguma diversidade. A Barra foi desde o início de sua urbanização conscientemente associada a um “novo estilo de vida contemporâneo” via *marketing* urbano (figura 3) – e é certamente entendida assim por seu público consumidor. Os núcleos são protegidos pela distância e autonomia aparente oferecida por centros fechados de compra. Ao mesmo tempo em que se teriam as funções da cidade distantes e acessadas por vias expressas, o habitante-consumidor estaria atendido dentro dos núcleos.



FIGURA 3 - “Esse é o nosso muro da vergonha” – a charge usada em propaganda para demonizar a morfologia de Copacabana na fixação de uma nova tipologia arquitetônica associada a “um novo estilo de vida” urbano. O marketing urbano ativo já nos anos 1970 e 1980. Fonte: Jornal do Brasil

A expansão segue mais à oeste das áreas ambientalmente frágeis da Baixada (Montezuma e Oliveira, 2010), formalizadas a partir do “Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá” (figura 4) – a *Lei Complementar nº 104 de 27/11/2009*.

A legislação dessas áreas segue correspondendo aos modelos de urbanização do mercado imobiliário ao ponto de prescrever regramentos que hoje impedem configurações tradicionais urbanas como a tipologia contínua, induzindo uma ocupação esparsa. Todos esses itens fixam o tipo particular das “torres” ou edifícios isolados e, de modo irresponsável, impedem outras tipologias, reproduzindo o modelo Barra.



FIGURA 4 - A novíssima fronteira: a área da PEU das Vargens, em amarelo.  
Fonte: Montezuma e Oliveira (2010)/NIMA-PUC

A Zona Oeste é um campo de atuação de atores que moldam o espaço de acordo com sua própria visão da construção como reprodução de estilos de vida (via pesquisas de

mercado) e de modelos que asseguram a minimização de custos com maximização de lucros na venda, que o tipo torre permite. (i) A reprodução da planta em um número de pavimentos com a verticalização e multiplicação de andares maximiza o uso da mão-de-obra, maquinário e tecnologia instalada e em atividade no sítio da obra, reduz o tempo de construção. Esses fatores implicam em reduções de custos da construção relativos a cada andar: ou seja, a cada andar que se adiciona, seus custos relativos diminuem. Os valores de venda do imóvel aumentam, decorrendo da valorização do fator da “vista”. Isso explica a preferência dos atores de produção imobiliária por essa fórmula, e portanto pelo tipo isolado. Essa é uma das razões para nossas cidades estarem tendo seu tecido progressivamente substituído por este tipo – uma fórmula fixada desde anos 1990. (ii) A replicação do edifício-modelo reduz custos de projetos arquitetônicos específicos para lugares específicos. Desse fator decorre a preferência por grandes lotes capazes de oferecer espaço o suficiente para torres e seus afastamentos. A replicação das torres a partir de um único projeto reduz custos ao estabelecer a repetição de plantas a serem executadas. (iii) A associação desses fatores na geração de edificações em “pacotes” bastante atraentes ao estilo de vida baseado em status e medo sendo reproduzido junto a seu público-alvo. (iv) Parcelamentos do solo devem ser adequados a essa tipologia, com lotes de largas testadas, implicando que as novas áreas não mais terão as morfologias contínuas da cidade tradicional em condições de demanda de densidades, salvo futuro “reparo urbano” ou um retorno ao paradigma tradicional de cidade.

Mais gravemente, novos Planos Diretores Brasil afora têm sido moldados de forma a excluir o tipo construído na divisa, menos vertical e mais contexto-específico – um *ataque à diversidade morfológica e funcional urbana, a apropriação do espaço público, pedestre e aberta, a urbanidade e o bom desempenho urbano em geral*. A ironia da lógica da racionalização de interesses individuais é que ela não leva necessariamente ao melhor resultado geral. Consequências urbanas não-intencionadas, como a queda de desempenho, podem ser produzidas. O resultado emergente pode mostrar-se como a soma de micro-racionalizações que tem sentido individualmente, mas sem sentido sobretudo no conjunto de seus impactos. Efeitos negativos silenciosos podem permanecer encobertos por longo tempo – mas essa invisibilidade aparente não elimina sua existência. Tipos de arquitetura fazem sentido a seus produtores e consumidores ao oferecer formas de minimizar custos e aumentar benefícios individuais, mas seu efeito sistêmico acumulado tanto espacialmente quanto temporalmente pode ser desastroso.

É exatamente esse dilema que enfrentamos em nossas cidades hoje. Sem enfrentar suficiente reação da esfera acadêmica em decorrência da fragilidade da teoria e estudos empíricos urbanos, configurações de arquitetura e implantações locais têm sido reproduzidas sem exame rigoroso de seus impactos urbanos. Fixados em teorias normativas apoiadas em um entendimento das relações entre espaço e dinâmicas sociais restrito à funcionalidade interna do edifício, os efeitos sociais da arquitetura seguem ignorados no ensino, nas decisões no mercado imobiliário, nas práticas de planejamento e em sua fixação na forma de leis. É como se estivéssemos míopes para a rarefação crescente da apropriação do espaço em áreas urbanas onde predomina um espaço privado retirado das suas amarrações ao espaço público. Essa situação terá implicações nas modalidades da esfera pública, como a diluição densidade do encontro e da comunicação.

### **Cidade, res publica - por uma ética social e urbana**

Proponho que as causas para esses processos se mostram relacionadas a três vetores de racionalização: (a) vetores *cognitivos e éticos*, que operam sob forma de saberes, valores e orientações que liberam atores de vínculos a contextos sociais e urbanos mais amplos para focarem-se em suas lógicas autorreferentes; (b) vetores de *ação* resultantes dessas orientações, que operam sob forma de associações estratégicas em campos de atuação especializados, igualmente autorreferentes - como os campos dos produtores do espaço urbano - estabelecendo relações de dependência com outros campos, como os sistemas de decisão e regimento da urbanização, em desconexão com a esfera pública, reduzida à categoria de consumidores tipificados de espaço; (c) vetores da *projeção* dessas ações no próprio espaço urbano, notavelmente sob forma de modos de construir e de padrões arquitetônicos e urbanos. Estes vetores reproduzem, instalam, fixam e reforçam as tendências de divisão produzidas nas esferas privada e institucional, os quais parecem convergir entre si e para longe de instâncias substantivas dos valores, práticas e contextos sociais e urbanos da esfera pública.

Como reverter a situação de diluição da política do cotidiano em sua instância de reprodução? Movimentos de retomada do espaço como projeção da diversidade da esfera pública se colocam como reações a esse processo de anomia parecem significar uma “renovação do espaço público como *locus* de exercício da política, através do encontro e da aglomeração de pequenas ou grandes multidões” (Name, 2012:201).

A questão-chave está contida nas situações *para além* dos protestos, na forma de ações cotidianas e de projeções mais constantes da esfera pública no espaço urbano. A ocupação constante do espaço público sugerida por Davis (2012) não pode ser atingida em qualquer condição urbana. A constituição espacial da esfera pública como arena de relações discursivas no qual atores se agregam para discutir temas de interesse mútuo (Hauser, 1998), onde a opinião pública e a participação política são atuadas através da fala (Fraser, 1990), estende-se certamente para além do espaço público aberto – e inclui o espaço construído como *locus* do corpo em ação e interação. O uso político do espaço público encontrará viabilidade se houver *constância de apropriação*, e esta depende também do espaço construído e privado como ancoragem das práticas e atuações dos atores, atratores dos fluxos. Os entrelaces do público e do privado no espaço urbano não podem ser ignorados.

A reconquista da cidade tem a ver com o resgate em relação a uma “modernidade dilacerada” que não pode ocorrer apenas em uma esfera normativa institucional circunscrita, ou em atos eventuais de atores específicos. Demanda a esfera pública e sua penetração no mundo social via espaço urbano. Essa retomada implica em um passo em direção à atenção à cidade como:

(1) Um *ethos*, uma orientação, de entrelaces e responsabilidades convergentes entre atores entre si que inicia-se no reconhecimento do papel do espaço privado na afirmação do público;

(2) Uma ética social e urbana capaz de objetivar e reverter as divisões e usos estratégicos dos sistemas legal e de planejamento na produção de espaços urbanos que renunciam ao seu papel público. Falo da passagem de uma “ética da urbanidade” como “convergência de alteridades”, da cidade como meio da experiência e da coexistência, como lugar do reconhecimento mútuo e da orientação ao Outro, e da cidade como manifestação cotidiana da esfera pública e da ação política para a construção do acesso a instâncias da decisão de outro modo invisibilizadas.

(3) Finalmente, essa manifestação da esfera pública requer a forma de uma *redefinição do papel dos espaços privados construídos e sua relação com o espaço público*, e do debate público em torno da forma urbana e a cidade desejada pela maioria.

Trata-se de uma ética de equilíbrio de pesos entre atores que a cidade – juntamente a outros meios de comunicação, como as redes transpaciais, mas de modo imprescindível – pode oferecer como estrutura de situações comunicativas: a possibilidade de reconhecimento de lógicas espaciais que expressam certos nichos sociais, e o reconhecimento da possibilidade de transformação do espaço público e privado, aberto e construído.

A proposição central deste texto se refere a reversão das tendências de anomia e a reafirmação da cidade como campo da política do cotidiano por meio da retomada da *ética social do convívio* na essência da ideia da *polis*, capaz de colar as fraturas de práticas alheias entre si e os pedaços de subsistemas apenas funcionalmente dependentes. Uma ética capaz de pautar (a) padrões técnicos em arquitetura, fazendo uso de conhecimentos mais atentos e precisos dos impactos de diferentes padrões urbanos e os “efeitos sociais da arquitetura”, com comprometimento dos atores envolvidos na produção e planejamento do espaço urbano; (b) o papel da esfera normativa: a orientação das leis de modo a chegar a novas regras urbanas capazes de pautar a produção de espaços construídos mais capazes de amparar o uso do espaço público. Além de uma política do espaço, esses resultados terão impactos que irão atingir a cidade mesmo em sua dimensão funcional. Uma característica da racionalização e da crescente autonomia de esferas da prática é o choque de suas lógicas e resultados uns contra os outros. A racionalização do espaço urbano, sua produção e legislação, coloca-se como candidato entre os fatores responsáveis pelo esvaziamento do convívio social necessário para intensificar e catalisar a ação política.

Como evitar a quedana “divisão sem fim” e nas lógicas da separação típicas da racionalização estratégica do espaço urbano, à serviço da funcionalidade exclusiva e do ideal da segregação? Não se trata de abandonar os ganhos e o potencial da racionalidade, mas resituar formas de racionalidade urbana sob o ponto de vista de valores mais amplos, e orienta-la em sua convergência com agendas de debate ético.

## **Referências**

- Arendt, H. 1987. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Asen, R. 1999. Toward a Normative Conception of Difference in Public Deliberation. *Argumentation and Advocacy* 25, 115–129.
- Chauí, M. 2007. O que é política? In Novaes, A. (org) *O Esquecimento da Política*, Rio de Janeiro, Agir.
- Davis, M. 2012. Chega de chiclete. In Harvey, D. Et al *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, São Paulo, Boitempo.
- Durkheim, É. 1990. *Da divisão do trabalho social*, São Paulo, Martins Fontes.
- Fraser, N. 1990. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy, *Social Text*, 25 (26), 56–80.
- Habermas, J. 1984a. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.



- Habermas, J. 1984b. *The Theory of Communicative Action Vol.1*, Cambridge, Polity Press.
- Habermas, J. 1997. *Direito e Democracia: Entre Faticidade e Validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Harvey, D. 1992. *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Blackwell.
- Harvey, D. 2012. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, London, Verso.
- Hauser, G. 1998. Vernacular Dialogue and the Rhetoricity of Public Opinion. *Communication Monographs*, 65 (2), 83–107.
- Lefebvre, H. 1991. *The Production of Space*, Oxford, Blackwell.
- Leopoldo e Silva, F. 2007. Política como moralidade: a banalização da ética. In Novaes, A. (org) *O Esquecimento da Política*, Rio de Janeiro, Agir.
- Montezuma, R.; Oliveira, R. 2010. Os ecossistemas da Baixada de Jacarepaguá e o PEU das Vargens, *Arquitextos*, 116.
- Name, L. 2012. Da rede à rua: notas sobre novas tecnologias de informação e comunicação, mobilização social e manifestações políticas no espaço público In PEDRO, R., rheingantz, A. (orgs) *Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea*. Rio de Janeiro: ProArq.
- Novaes, A. (Org.) 2012. *O Esquecimento da Política*. Rio de Janeiro, Agir.
- Rezende, V., Leitão, G. 2003. Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, a avaliação dos ideais modernistas após três décadas. In *Anais do 5º Seminário DOCOMOMO Brasil*. São Carlos, USP.
- Simmel, G. 1950. The metropolis and mental life. *The Sociology of Georg Simmel*, New York, Free Press.
- Weber, M. 1958. Religious rejections of the world and their directions. In H.H. gerth and C.W. Mills (Org.) *From Max Weber*. New York.